

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVII nº 724
16 a 29 de maio de 2016



AJUSTE FISCAL

PRESIDENTE DA FIRJAN
ENTREGA A MICHEL TEMER
A PROPOSTA DE UM
SISTEMA DE METAS PARA
EQUILIBRAR AS CONTAS
PÚBLICAS DO BRASIL

DEFESA DOS INTERESSES
INDUSTRIAIS: CONFIRA
AS PRINCIPAIS
CONQUISTAS
Págs. 4 e 5



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

PISO SALARIAL: DECISÃO DO TJ BENEFICIA EMPRESÁRIOS FLUMINENSES

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro concedeu em 16 de maio liminar para suspender os efeitos da expressão “que o fixe a maior”, constante no artigo 1º da Lei nº 7.267/2016 – que regula o piso salarial fluminense. A decisão garante a prevalência dos pisos salariais definidos em convenções e acordos coletivos de trabalho sobre aqueles verificados na lei. Com isso, a liminar beneficia todo o empresariado do estado. O piso salarial regional foi reajustado em 10,37% para 170 categorias profissionais em 27 de abril.

ATUAÇÃO TECNOLÓGICA DA FIRJAN É RECONHECIDA PELO EXÉRCITO BRASILEIRO



As metodologias em prospecção e planejamento tecnológico desenvolvidas pelo Sistema FIRJAN, como o Mapa de Rotas Tecnológicas e os estudos de tendência, foram destaque em workshop promovido pelo Polo de Ciência e Tecnologia do Exército (PCTEG). O evento discutiu as linhas de pesquisa tecnológica que deverão ser priorizadas para o fortalecimento da defesa nacional nos próximos anos.

A fim de obter orientações que auxiliem na definição

dessas pesquisas, o Polo reuniu instituições de referência no país, como o Sistema FIRJAN, para compartilharem suas experiências no fomento à tecnologia.

“Esse reconhecimento externo mostra que os modelos nos quais apostamos são reconhecidos por outros atores como referência e de caráter inovador para a maioria das instituições”, afirmou Carlos Coelho, gerente de Inovação Estratégica da Federação. O workshop aconteceu em abril, no Instituto Militar de Engenharia, no Rio de Janeiro.

ESPECIALISTAS DEBATEM CAMINHOS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Especialistas em mediação e líderes do mundo corporativo analisaram a evolução dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos e a importância dos métodos para as relações comerciais. O debate aconteceu durante o IV Congresso Internacional de Mediação, na sede do Sistema FIRJAN. O principal convidado foi Dwight Golann, disseminador da técnica na Europa e na Ásia.

Promovido pela Federação, em parceria com o Instituto CPR e o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA), o encontro contou com palestras e mesas temáticas de discussão sobre setores como Construção, Indústria e Seguros. No Brasil, apesar do avanço do tema, ainda há aproximadamente

100 milhões de processos tramitando na Justiça. O encontro foi realizado em 6 de maio.



Dwight Golann foi um dos palestrantes do Congresso

Renata Mello

NOVIDADES DA FEVEST SÃO APRESENTADAS A EMPRESÁRIOS

A maior Feira Brasileira de Moda Íntima, Praia, Fitness e Matéria-prima chega à 26ª edição com novo nome: Fevest Festival 2016. Serão realizados dois eventos, possibilitando também a compra a

varejo. De 6 a 8 de junho, a feira, que acontecerá no Nova Friburgo Country Clube, será voltada para compradores nacionais e internacionais. Já nos dias 9 e 10, a Fevest será aberta ao público, que poderá comprar mercadorias.



Pedro Bessa

Marcelo Porto anuncia o novo conceito da 26ª Fevest

Marcelo Porto, presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo e Região (Sindvest), destacou que a feira tem o objetivo de capitalizar forças e aglutinar os empresários: “Nossa meta é incentivar a profissionalização, fomentando o setor”. Joel Wermelinger, novo presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Centro-Norte Fluminense, lembrou que o SENAI oferece diversos cursos, contribuindo para formar mão de obra qualificada para a indústria local.

O anúncio foi feito no SENAI Espaço da Moda, em Nova Friburgo, em 3 de maio. A feira é realizada pelo Sindvest e promovida pelo Sistema FIRJAN e Sebrae.

SEMINÁRIO DISCUTIRÁ ECONOMIA CIRCULAR E LOGÍSTICA REVERSA

O especialista internacional em Economia Circular para os negócios Douwe Jan Joustra é o palestrante magno do Ação Ambiental 2016. O evento propõe repensar a linearidade extração-produção-descarte e apresentar à indústria possibilidades de maior eficiência, redução de desperdício e solução completa para o cliente. A logística reversa de embalagens também estará em discussão. “Vamos mostrar para a indústria como repensar seus negócios, gerando ganhos econômicos e ambientais

e produtos com alto valor agregado”, explica Carolina Zoccoli, especialista em Meio Ambiente da Federação.

O evento será realizado em 1º e 2 de junho, na sede da FIRJAN, em parceria com o Consulado Geral do Reino dos Países Baixos no Rio de Janeiro, a Exchange For Change Brasil (E4CB) e o Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre). Para ver a programação completa do evento e se inscrever gratuitamente acesse o link: <http://goo.gl/X8eKWK>.

NOVA FRIBURGO RECEBE LABORATÓRIO MÓVEL BIM DO SENAI

A unidade móvel BIM (Building Information Modeling) do SENAI chegou em maio à cidade de Nova Friburgo. Equipada para oferecer cursos de curta duração em modelagem computacional de ponta, a unidade irá capacitar profissionais do setor da Construção Civil da região em Revit – software de gerenciamento de projetos de arquitetura e construção, da concepção à execução.

Para Joilson Wermelinger Araújo, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Centro Norte Fluminense (Sinduscon-CN), a novidade vai beneficiar empresas e clientes. “A plataforma BIM auxilia no planejamento, ao acompanhar as etapas dos projetos, e garante o respeito aos prazos e preços acordados”, destacou Araújo. A unidade móvel fica na cidade até 31 de maio, seguindo para Itaperuna em junho e, depois, para outras cinco cidades do Rio até o final do ano.

DEFESA DE INTERESSE: DE CADA DEZ PLEITOS DA INDÚSTRIA FLUMINENSE, SEIS FORAM SOLUCIONADOS PELA FIRJAN EM 2015

A defesa de interesses da indústria fluminense é a razão de ser do Sistema FIRJAN. Uma evidência disso é o número crescente de pleitos atendidos para o setor industrial. Neste ano, uma das conquistas mais significativas foi a suspensão da Taxa de Serviços Tributários, prevista no novo pacote de tributos apresentado pelo governo estadual. Além de conseguir na Justiça a declaração de inconstitucionalidade da taxa, a Federação tem atuado para suspender outros impostos que oneram ainda mais a atividade industrial fluminense. O reajuste do piso salarial abaixo da inflação foi outra conquista importante para o setor em 2016 e contou com o apoio da FIRJAN.

A Federação também ajuizou no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) representação de inconstitucionalidade contra o termo “que o fixe a maior” presente na lei do piso salarial 2016. Nos últimos quatro anos em que

questionou essa expressão a FIRJAN obteve vitória para os industriais.

Também tem se destacado o atendimento a pleitos regionais, como a suspensão da lei que obrigava as empresas de Duque de Caxias a preencher 15% da mão de obra com trabalhadores do município, com contratação mínima para mulheres.

“A renovação do incentivo fiscal é vital para o setor. Nesse processo, a FIRJAN não foi uma coadjuvante, mas a protagonista”

*Paulo Eduardo Veiga
Presidente do Sindibrita*

TRABALHO CONSTANTE

Como resultado da atuação da Federação nas instâncias governamentais ou legislativas, 63% das 119 demandas apresentadas pelos associados se reverteram em vitórias ao longo de 2015, e foram fundamentais para a competitividade de setores, sindicatos e empresas da cadeia produtiva do estado do Rio. As conquistas tributárias foram relevantes, com a renovação e oferta de novos benefícios fiscais para segmentos industriais estratégicos. Entre os setores beneficiados está o de brita, que teve a redução na base de cálculo do ICMS prorrogada até 2017.

“A indústria de brita é dependente de investimentos públicos e privados em obras de construção e sofre os impactos da crise econômica. A renovação do incentivo fiscal é vital para o setor. Nesse processo, a FIRJAN não foi uma coadjuvante, mas a protagonista”, afirmou Paulo Eduardo Veiga, presidente do Sindicato da Indústria de Mineração de Brita do Estado do Rio de Janeiro (Sindibrita).

A indústria de pescada é outro exemplo da atuação da FIRJAN para o fortalecimento da cadeia produtiva fluminense. Além de promover o encontro do setor com o então recém nomeado ministro da Pesca, Helder Barbalho, a Federação articulou para que fosse reduzida a disparidade tributária das indústrias de pescada processada no estado.

“Esse benefício tem uma importância muito grande porque permite às empresas exportar com

Arquivo/Guarim de Lorena



O Sistema FIRJAN mantém uma intensa agenda de articulação com representantes de diferentes entidades e esferas governamentais, a exemplo do Inmetro

alíquota zero. Nesse momento da economia, expandir mercados é uma grande oportunidade”, declarou Sergio Ramalho, presidente do Sindicato da Indústria do Pescado do Estado do Rio de Janeiro (Siperj).

ATUAÇÃO EM VÁRIAS FRENTES

A mobilização da FIRJAN também resultou no atendimento de demandas importantes para a indústria moveleira, que encontrava dificuldades para adequar sua produção a algumas especificações técnicas. A Federação promoveu reuniões entre líderes sindicais e o Inmetro que originaram a publicação de uma norma regulamentadora mais simplificada para as micro e pequenas empresas que produzem colchões, colchonetes e móveis escolares.

Após diálogo da FIRJAN com a Secretaria Estadual de Fazenda, também foi publicado o Decreto nº 45.238/15, tornando a Federação interveniente na concessão de benefícios para as indústrias atacadistas. A decisão é relevante porque reduziu o custo que as empresas tinham para a obtenção do benefício e promoveu mais efetividade ao processo.

Outros pleitos prioritários para a indústria também registraram avanços ao longo do último ano, e continuam sendo acompanhados. Uma das vitórias mais relevantes consistiu na prorrogação do prazo para implantação do Bloco K do Sped Fiscal. A Federação continua trabalhando para extinguir essa obrigação, e defende essa posição no grupo de trabalho que reúne outras entidades representativas de todo o país.

A Norma Regulamentadora nº 12 (NR 12), que trata da segurança no uso de máquinas e equipamentos, é outra medida que impacta

negativamente as indústrias. Algumas regras foram flexibilizadas, como a dispensa de submeter à norma o maquinário destinado à exportação, mas a FIRJAN permanece pleiteando mais simplificações. Para defender os interesses dos industriais, a FIRJAN, que integra a Comissão Nacional Tripartite da NR 12, entregou propostas de diversos setores para ajustes na norma.

PLEITOS NA ÁREA TRABALHISTA

A FIRJAN atuou para reduzir efeitos negativos de novas obrigações legais para o setor industrial. Já foram alcançadas algumas conquistas, como o veto presidencial à proposta de ampliação da obrigatoriedade de cotas para contratação de Pessoas Com Deficiência (PCDs) para empresas com até 100 funcionários. A medida implicava em perda de competitividade das pequenas indústrias, uma vez que, em muitos casos, há dificuldade de se encontrar mão de obra qualificada disponível.

A Federação também tem se dedicado a minimizar os impactos de programas como o eSocial. A prorrogação da data de implementação do sistema e sua simplificação são demandas defendidas pela FIRJAN, que conseguiu com que o Comitê Gestor do eSocial admitisse a revisão do prazo de início do novo programa.

“Essas são grandes demandas da indústria, às quais dispensamos um atendimento contínuo. Melhoramos nossa dinâmica de atuação, o que levou a soluções mais ágeis e em maior número para os associados no último ano”, declarou William Figueiredo, especialista em Desenvolvimento Econômico da FIRJAN.

ATUAÇÃO DO COMITÊ DE DEFESA DE INTERESSES

PLEITOS EM 2015

119
TOTAL

64
NOVOS

55
DO ANO ANTERIOR

TAXA DE FINALIZAÇÃO

63%
FINALIZADOS

56%
NOVOS

(entraram em 2015 e foram finalizados no mesmo ano)

37%
EM ANDAMENTO

(ou seja, a FIRJAN continuará atuando ao longo de 2016)

Fonte: Sistema FIRJAN

SISTEMA DE METAS PARA DÍVIDA PÚBLICA E AJUSTE FISCAL SÃO CAMINHOS PARA O BRASIL SUPERAR CRISE DE CONFIANÇA

Diante da deterioração fiscal enfrentada no país, a implantação de políticas estruturais para ajuste das contas públicas é pré-requisito para o início de um processo de superação da crise de confiança, que está na base da crise econômica. O crescimento do endividamento da União, de estados e municípios no ano passado não deixa dúvidas sobre a necessidade de serem criadas medidas para a área fiscal.

No período, a dívida bruta de todos os entes federativos somados chegou a 72,8% do Produto Interno Bruto (PIB), maior patamar dos últimos 13 anos. O governo federal, que fechou 2015 com déficit primário, foi o principal responsável pelo aumento recorde do endividamento.

“O Brasil precisa retomar a confiança dos investidores e consumidores para voltar a crescer, e isso só será possível com uma ampla mudança no campo fiscal. O ajuste das contas públicas não pode mais ser feito por novos aumentos da carga tributária e nem pelo retorno da inflação”, defende Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente do Sistema FIRJAN.

Em 10 de maio, Eduardo Eugenio se reuniu com o, até então, vice-presidente da República Michel Temer, e apresentou a proposta da Federação para adoção de um sistema de metas para a dívida pública, semelhante ao de metas para a inflação. Tais metas seriam definidas por um Conselho Fiscal Nacional, criado nos moldes do Conselho Monetário Nacional. No dia seguinte, foi realizada no Senado Federal a votação do impeachment

de Dilma Rousseff, afastada por 180 dias. Michel Temer assumiu a presidência do país em 12 de maio.

“Temer reagiu de forma muito positiva à nossa proposta. Um dos maiores problemas do Brasil está na questão fiscal. O setor público não pode gastar mais do que

“O Brasil precisa retomar a confiança dos investidores e consumidores para voltar a crescer, e isso só será possível com uma ampla mudança no campo fiscal”

*Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Presidente do Sistema FIRJAN*

arrecada”, destaca o presidente do Sistema FIRJAN.

EFEITO CASCATA

A decadência fiscal também é um problema das administrações estaduais e municipais, cujos esforços para redução de despesas e cortes em investimentos não foram suficientes para conter os efeitos da queda de arrecadação. Como resultado, muitos já desrespeitam os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e encontram-se próximos da falência.

Sem um ajuste fiscal, a dívida pública pode ultrapassar 90% do PIB até 2018, segundo estimativa do Sistema FIRJAN. A gravidade desse cenário pode ser comparada ao descontrole da inflação registrado no início da década de 1990, outro período desafiante para o país. Por isso, a Federação propõe a adoção

VEJA OS QUATRO ELEMENTOS BÁSICOS PROPOSTOS PARA A POLÍTICA FISCAL

- 1** Estabelecimento e divulgação de metas de médio-prazo para a dívida como proporção do PIB.
- 2** Comprometimento institucional com o alcance das metas como objetivo primordial da política fiscal; para isso, o instrumento seria o resultado primário.
- 3** Estratégia de atuação pautada pela transparência para comunicar claramente o público sobre os planos, objetivos e razões que justificam as decisões de política fiscal.
- 4** Mecanismos para tornar as autoridades fiscais (federal, estadual e municipal) responsáveis pelo cumprimento das metas para a dívida do governo.

Fonte: Sistema FIRJAN (acesse em: <http://bit.ly/21r52Uy>)

de metas para a dívida pública semelhante à utilizada para o controle inflacionário.

De acordo com Guilherme Mercês, gerente de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da FIRJAN, a esse sistema caberia estabelecer o limite de endividamento no médio prazo. Nesse caso, o superávit primário serviria como instrumento para atingir esse teto. Ele destaca que a medida também exigiria mecanismos que responsabilizassem governos federais, estaduais e municipais pelo cumprimento das metas, uma vez que o agravamento fiscal se dá em todas as esferas da administração pública.

Para a FIRJAN, um sistema de metas para a dívida pública é o complemento necessário à LRF, que representou um grande avanço para a estruturação fiscal do Brasil. Além disso, promoveria um alinhamento com a política monetária, solucionando um gargalo da economia brasileira.

A efetividade desse sistema de metas depende da implementação de outras políticas fiscais, igualmente necessárias. O foco deve estar na contenção das despesas dos governos, com a criação de uma “regra de ouro” que mantenha os gastos correntes públicos sempre abaixo do crescimento do PIB, no caso da União, e abaixo da Receita Corrente Líquida (RCL) para estados e municípios brasileiros.

Mudanças estruturais são pré-requisito para a estabilização fiscal do país. Uma das mais latentes é diminuir a vinculação de gastos obrigatórios ao orçamento. A rigidez orçamentária está na base das dificuldades de administração dos orçamentos.

O gerente de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da FIRJAN ressalta que a redução de gastos compulsórios seria uma solução para aumentar a capacidade de reação dos gestores públicos às variações da conjuntura econômica.

Ao mesmo tempo, daria à sociedade maior poder de decisão sobre quais áreas devem ter prioridade na destinação dos tributos arrecadados.

Segundo Mercês, uma análise das contas públicas revela que os pagamentos de inativos, em curva crescente, compõem boa parte das despesas obrigatórias da União e dos estados. Essa constatação torna a Reforma da Previdência outra iniciativa prioritária para o reequilíbrio fiscal e sustentabilidade financeira do país.

“O principal benefício dessas propostas é retomar a confiança na economia brasileira, hoje abalada justamente pelo descompromisso em relação a trajetória da dívida pública. A outra vantagem é criar um sistema institucional para o comportamento da dívida, assim como existe há quase 20 anos para a inflação”, pontuou o gerente.

Conheça mais detalhes das propostas fiscais da FIRJAN para o Brasil em: <http://bit.ly/21r52Uy>.

PROPOSTAS DE MUDANÇA NA ESTRUTURA FISCAL BRASILEIRA



Limite de Crescimento para os Gastos Correntes

Criação de uma “regra de ouro” que torna obrigatório manter o crescimento dos gastos correntes sempre abaixo ao do PIB, no caso da esfera federal, e ao da Receita Corrente Líquida (RCL), em âmbitos estadual e municipal.



Programa de Venda de Ativos

O foco estaria nos setores Bancário e de Infraestrutura, e os ganhos potenciais podem ultrapassar 4% do PIB, no caso federal.



Enfrentamento de questões estruturais fundamentais

É preciso reduzir as vinculações obrigatórias do orçamento nas três esferas de governo e implementar a Reforma da Previdência, tanto pública quanto privada.

Fonte: Sistema FIRJAN (acesse em: <http://bit.ly/21r52Uy>)

EM BRASÍLIA, PRESIDENTE DA FIRJAN REFORÇA IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE INDÚSTRIA E NOVO GOVERNO

Após a instauração do processo de impeachment no Senado Federal, Michel Temer assumiu interinamente a presidência da República, e anunciou importantes mudanças. Para o Sistema FIRJAN, o momento requer a aprovação de reformas e projetos que recolocuem o Brasil no caminho do desenvolvimento econômico e social.

O presidente da Federação, Eduardo Eugenio Gouvêa Viera, afirma que o diálogo, há tanto tempo ausente do comando da Nação, estará de volta com Temer, e que “o Congresso Nacional também será chamado, mais uma vez, a dar uma contribuição inestimável para o futuro do país”.

Eduardo Eugenio se reuniu em 13 de maio, no Palácio do Planalto, com o novo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. Também participou da audiência o diretor de Relações Institucionais da FIRJAN, Márcio Fortes de Almeida.



Divulgação/Sistema FIRJAN

O presidente interino Michel Temer e Eduardo Eugenio, após reunião em Brasília

“Reiterei ao ministro Padilha o apoio da FIRJAN ao novo governo que, para reaquecer a economia, já deixou claro que um dos objetivos será a estabilização da dívida pública”, comentou Eduardo Eugenio.

A agenda completou uma série de contatos realizados pelo presidente

da FIRJAN em uma das semanas mais importantes do país. O movimento de articulação institucional com o novo governo mantém o diálogo aberto para a construção de um novo ambiente de negócios, que incentive investimentos e a geração de emprego e renda.

No início da mesma semana (10/5), Michel Temer recebeu o presidente da FIRJAN. Na ocasião, Eduardo Eugenio entregou o estudo da Federação que propõe a adoção de um sistema de metas para a dívida pública (ver matéria de capa).

Em 12 de maio, quando já estava no exercício interino da Presidência da República, Michel Temer fez contato telefônico com o presidente da FIRJAN e disse que, em seu governo, os empresários terão participação ativa na formulação de uma nova política industrial. No mesmo dia, Eduardo Eugenio recebeu um telefonema do novo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Marcos Pereira.



Divulgação/Sistema FIRJAN

Em audiência com o ministro Eliseu Padilha (ao centro), Eduardo Eugenio e Márcio Fortes apresentaram as propostas da FIRJAN para estabilizar a dívida pública brasileira

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL COMPLETA 16 ANOS COM NOVOS DESAFIOS PARA EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Implementada em um contexto de desorganização fiscal dos entes federativos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um dos principais mecanismos legais de controle das contas públicas. Essa lei foi responsável por estabelecer um planejamento fiscal para o país e limites para gastos com pessoal e para a dívida pública, criando sanções institucionais, penais e administrativas em casos de infrações.

Entretanto, passados 16 anos de sua criação, a LRF tem a efetividade ameaçada pelo aumento significativo dos gastos públicos. De acordo com Weder de Oliveira, ministro substituto do Tribunal de Contas da União (TCU), a crise fiscal do Brasil se deve, em grande parte, às pequenas ilegalidades fiscais cometidas frequentemente ao longo dos últimos anos.

“A LRF se revela como o ápice da cadeia construtiva institucional. Mas surgiram formas de burlá-la, que afetaram a cultura da responsabilidade fiscal. Temos que combater essas práticas”, afirma.

Para Carlos Mariani Bittencourt, vice-presidente do Sistema FIRJAN, o respeito às leis fiscais é importante para a competitividade do país no mercado global. “A responsabilidade com as contas públicas é um dos pilares da governança de empresas privadas e do governo”, destaca.

Mariani lembrou que o Sistema FIRJAN criou duas importantes ferramentas de auxílio aos gestores municipais para o controle das contas dos governos e gestão eficiente dos recursos públicos: o IFGF (Índice FIRJAN de Gestão



Renata Mello

Weder de Oliveira: o sistema de finanças do governo deve se pautar pela disciplina fiscal

Fiscal) e o IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal).

Segundo o ministro Oliveira, o aumento da capacidade operacional dos governos depende de uma mudança cultural, de maior contenção das despesas. Ele ressalta que a realidade da economia global impõe novos desafios e mostra que será preciso elevar o patamar de complexidade de gestão das contas públicas.

“O problema do poder público não está no dinheiro, mas na construção de uma nova mentalidade. É preciso pensar em mecanismos de governança. Quando não há iniciativas dessa natureza, surgem as dívidas e déficits que afastam investimentos do país”, alerta.

DISCIPLINA E EFICIÊNCIA

Para Oliveira, o sistema de finanças

governamental deve se pautar pela disciplina fiscal, a alocação de recursos para áreas de prioridade estratégica e a eficiência do seu uso. Ele ressaltou que a recuperação das contas públicas envolve discussões como a reforma da Previdência.

Sergei da Cunha Lima, presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Tributários da Federação, pontua que se faz imperativa uma discussão entre governo e sociedade sobre a alarmante situação fiscal brasileira: “O grande desafio está em entender que o controle do gasto público é fundamental para termos planejamento de futuro. O poder público precisa ter essa visão”.

O tema foi debatido na palestra “Visão Técnico-Política da Lei de Responsabilidade Fiscal e Gestão Pública”, promovida pela FIRJAN em 5 de maio.



MAPA DO DESENVOLVIMENTO 2016-2025: FIRJAN CONSOLIDA PROPOSTAS DA INDÚSTRIA E PREPARA NOVO DOCUMENTO

Ao longo de dois meses, os empresários fluminenses participaram ativamente do processo de construção da segunda edição do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (2016-2025). Foram 28 reuniões com os Conselhos Empresariais e Regionais, além da participação online, que mobilizaram cerca de mil empresários em todo o estado.

O Mapa do Desenvolvimento dará voz ativa às questões industriais e servirá como uma agenda de longo prazo a ser seguida. Além disso, trará uma visão transversal para os desafios e reunirá nove agendas regionais e uma para a capital, que servirão como instrumento de debate nas eleições municipais deste ano, representando o pleito da indústria para o crescimento local.

ESTRUTURA DIFERENCIADA

O novo Mapa contará com um modelo de gestão que permite a análise sistemática dos avanços e o acompanhamento das propostas e ações, sendo utilizado permanentemente para manter vivo seu propósito e relevância.

Os cinco pilares que vão compor o documento são Infraestrutura, Gestão Pública, Gestão Empresarial, Mercado de Trabalho, e Tributário. Cada um deles vai se subdividir em objetivos, propostas e ações. As propostas de atuação do Sistema FIRJAN vão ajudar o estado do Rio a superar a crise, retomar o crescimento e entrar em um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

O lançamento do Mapa do Desenvolvimento (2016-2025) acontece em comemoração ao Dia da Indústria, celebrado em 25 de maio. Os empresários poderão acessar o documento em versão online e acompanhar o andamento das propostas no [link www.firjan.com.br/mapa](http://link.wwww.firjan.com.br/mapa), a partir do lançamento.

O site traz ainda conteúdo relevante sobre as reuniões empresariais e depoimento dos industriais que participaram ativamente do processo de construção do novo Mapa. Além disso, é possível ainda conhecer todas as conquistas e principais avanços da primeira edição do Mapa do Desenvolvimento (2006-2015).



Vinicius Magalhães

Empresário participa de votação das propostas do novo documento, em reunião realizada na sede do Sistema FIRJAN



Vinicius Magalhães

O Conselho Empresarial de Energia também contribuiu com sugestões para o Mapa do Desenvolvimento

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. **1º Vice-presidente:** Carlos Mariani Bittencourt. **2º Vice-presidente:** Carlos Fernando Gross. CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do Sistema FIRJAN. Prêmio Aberje Brasil 1999-2000. Prêmio Aberje Rio 1999-2000-2001. **Gerência de Comunicação e Marketing:** Juliane Oliveira e Lorena Storani. Editada pela Insight Comunicação. **Editor Geral:** Coriolano Gatto. **Editora Executiva:** Kelly Nascimento. **Redação:** Janaina Salles e Nathalia Curvelo. **Revisão:** Geraldo Pereira e Paulo Barros. **Fotografia:** Fabiano Veneza. **Projeto Gráfico:** DPZ. **Design e Diagramação:** Paula Barrenne. **Produtor Gráfico:** Ruy Saraiva. **Impressão:** Arte Criação.

SISTEMA FIRJAN - Avenida Graça Aranha 1 • CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro • Tel.: (21) 2563-4455 • www.firjan.com.br

PROGRAMAS DE COMPLIANCE FORTALECEM REPUTAÇÃO DE EMPRESAS E ATRAEM INVESTIMENTOS EXTERNOS

A implementação de um programa de *compliance* é uma iniciativa imprescindível para o fortalecimento das empresas. Os benefícios vão desde a maior transparência nos processos internos, prevenindo a ocorrência de irregularidades, até a sustentação de uma boa imagem no mercado, atraindo novos investimentos.

Os resultados de uma pesquisa realizada pela Kroll reforçam a importância do *compliance* para a competitividade das empresas. Realizado entre 2015 e 2016, o levantamento apontou que dos 768 executivos internacionais ouvidos, 72% já desistiram de investir em determinada região pelo risco de fraudes. “A corrupção afeta não só a economia de um país, mas a atratividade de suas companhias no mercado global”, afirma Recaredo Romero, diretor regional da Kroll na América Latina.

De acordo com Romero, a efetividade desses programas depende de entender o ambiente regulatório e as leis às quais a empresa deve se adequar. Outro aspecto importante é criar uma cultura de boa governança na organização, já que o maior número de casos de corrupção envolve funcionários internos.

Treinamentos, canais diretos e anônimos de comunicação e uma política para uso dos ativos da empresa são algumas das ferramentas que podem fortalecer os princípios de *compliance*. Os fornecedores terceirizados também devem ser foco de atenção. Segundo o especialista, uma das formas de prevenir fraudes

na relação com fornecedores é verificar seus antecedentes.

Foi com iniciativas como essas que a ThyssenKrupp CSA conseguiu implementar um programa de *compliance* que hoje é referência para outras indústrias brasileiras. A empresa, que não tem em seu histórico nenhum contrato rescindido por casos de corrupção, já promoveu treinamentos sobre o tema para mais de 1.500 funcionários. “Buscamos trazer exemplos simples sobre o que é certo e o que é errado. O foco não está só nos grandes contratos, mas nas coisas pequenas do dia a dia”, ressalta Pedro Teixeira, diretor jurídico da siderúrgica.

EXEMPLOS DAS LIDERANÇAS

A ex-ministra do Superior Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie, presidente do Comitê de Compliance do Sistema FIRJAN, destaca que o maior exemplo

tem que vir das lideranças empresariais. “É preciso que as altas administrações marquem com firmeza seu compromisso com os valores éticos. A FIRJAN tem o maior interesse em promover essa cultura, porque as boas práticas têm reflexo sobre a competitividade, primordial para o progresso do país”, argumentou.

Para Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro (OAB-RJ), o debate sobre *compliance* deve ser prioritário para a superação da crise que o Brasil enfrenta. “Ou criamos um modelo para proteger nossas empresas ou podemos sucumbir como Nação”, defendeu.

O tema foi debatido no seminário “Fraude, Corrupção e Compliance – Evitando riscos no setor privado”, realizado em maio, na sede da Federação. O evento foi promovido pela FIRJAN e a OAB-RJ.



Renata Mello

Segundo a ex-ministra Ellen Gracie, as boas práticas corporativas são primordiais não só para aumentar a competitividade das empresas, mas também para o progresso do Brasil

ALTERNATIVAS PARA O SETOR DE PETRÓLEO EM PAUTA NA OTC HOUSTON

O baixo valor do barril do petróleo e o desaquecimento da economia global vêm impondo grandes desafios para empresas desse mercado e para economias que giram no entorno dessa *commodity*, como a fluminense. Para debater novas oportunidades de negócios, especialistas e grandes *players* da indústria reuniram-se na Offshore Technology Conference (OTC) 2016, em Houston, nos Estados Unidos. O Sistema FIRJAN enviou delegação para o evento, capitaneada pelo presidente Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira.

Na edição deste ano da OTC, foi possível observar um ambiente mais diversificado na feira, com expositores trazendo novas soluções para o *offshore* e uma concentração significativa de empresas que atuam e prestam serviços em diferentes setores industriais, como metalmeccânico, elétrico, revestimentos, automação e software, entre outros. Segundo a gerente de petróleo, gás e naval do Sistema FIRJAN, Karine Fragoso, a feira foi acima das expectativas, na medida em que as empresas vêm trabalhando arduamente para alcançar a redução de custos operacionais, tão desejada como consequência da redução do preço do óleo no mundo.

O evento foi ainda oportunidade para ampliar os relacionamentos com as agências de fomento e prospectar potenciais empresas com interesse em investir no Brasil, o que pode gerar oportunidades futuras para o encadeamento produtivo de petróleo e gás no mercado fluminense. “Numa visão de que a crise é passageira e deve



O Pavilhão Brasil na OTC 2016 reuniu 38 empresas e instituições, como a FIRJAN

“A estabilidade econômica será preservada, o Brasil estará preparado para recuperar sua credibilidade internacional”

*Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Presidente do Sistema FIRJAN*

terminar em um futuro próximo, ou seja, os investimentos estão no momento represados, o ambiente é propício para desenvolver joint ventures entre as empresas do setor de óleo e gás, brasileiras e estrangeiras”, de acordo com o vice-presidente do Sistema FIRJAN, Raul Sanson.

PERSPECTIVAS PARA O BRASIL

Eduardo Eugenio também participou de um painel da

Bratecc Offshore 2016, evento promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Texas. O presidente da Federação fez uma análise da conjuntura político-econômica brasileira para uma plateia formada por altos executivos de companhias internacionais de petróleo: “A estabilidade econômica será preservada. Ou seja, o Brasil estará preparado para recuperar sua credibilidade internacional”.

O evento contou com as palestras do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Jorge Camargo; do presidente da Shell Brasil, André Araújo; e da diretora geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Magda Chambriard. Foram debatidos temas como o fim da obrigação de um operador único e o desenvolvimento do pré-sal, que ainda possui 80% das reservas inexploradas. A OTC 2016 aconteceu de 2 a 5 de maio.